

## Patrimônio, trajetórias e saúde mental

Desafios para a construção e preservação da memória no Instituto Municipal Nise da Silveira

Heritage, trajectories, and mental health: challenges for the construction and preservation of memory at the Nise da Silveira Municipal Institute / Patrimonio, trayectorias y salud mental: desafios para la construcción y preservación de la memoria en el Instituto Municipal Nise da Silveira

### Daniele Corrêa Ribeiro

Doutora em História das Ciências e da Saúde pela Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz. Coordenadora do Centro de Documentação e Memória do Instituto Municipal Nise da Silveira, Brasil.  
dannycori@yahoo.com.br

### Andrezza Rocha Marques

Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Bibliotecária no Centro de Documentação e Memória do Instituto Municipal Nise da Silveira, Brasil.  
andrezzarocha.m@gmail.com

### Matheus Rodrigues

Doutorando em História das Ciências e da Saúde pela Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Brasil.  
matheus.rodrigues2602@gmail.com

### RESUMO

O objetivo do artigo é apresentar ações e desafios vivenciados, produzidos e analisados pelo Centro de Documentação e Memória do Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira e por seus profissionais, no que tange ao cotidiano de processamento técnico do acervo, à salvaguarda do patrimônio, à produção da memória institucional e às articulações e potencialidades pedagógicas e culturais no campo da saúde mental no Brasil.

*Palavras-chave:* documentação; saúde mental; memória; patrimônio.

### ABSTRACT

The objective of this article is to present the current actions and challenges experienced, produced and analyzed by the Centro de Documentação e Memória of the Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira and its professionals, regarding the daily technical processing of the collection, the safeguarding of heritage and the production of institutional memory and the articulations of pedagogical and cultural potential in the field of Mental Health in Brazil.

*Keywords:* documentation; mental health; memory; heritage.

### RESUMEN

El objetivo de este artículo es presentar acciones y desafíos actuales vividos, producidos y analizados por el Centro de Documentação e Memória del Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira y sus profesionales, en lo que respecta al procesamiento técnico cotidiano del acervo, la salvaguardia del patrimonio y la producción de memoria institucional y las articulaciones de las potencialidades pedagógicas y culturales en el campo de la Salud Mental en Brasil.

*Palabras clave:* documentación; salud mental; memoria; patrimonio.

## Introdução

Este artigo tem como objetivo apresentar os desafios atuais vivenciados, produzidos e analisados pelo Centro de Documentação e Memória (CDM) do Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira (IMASNS), por intermédio de sua função, que abrange a salvaguarda do patrimônio e a produção da memória institucional e da saúde mental no Brasil. Parte do desafio encontra-se justamente no imbricamento dessas duas missões institucionais, que entendemos como complementares. Buscaremos apresentar um panorama histórico da formação do setor, apontando as questões, tensões, ações e conquistas envolvidas nesse processo e a forma como o instituto assumiu um papel de destaque na preservação e produção da memória.

O Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira, que recebeu esse nome no ano 2000, é originário da antiga Colônia de Mulheres Alienadas do Engenho de Dentro, fundada em 1911. A partir do final da década de 1970, a instituição foi palco de diversos questionamentos com relação ao modelo assistencial em vigor, que deram origem aos movimentos sociais da luta antimanicomial e à reforma psiquiátrica brasileira. A proposta de reforma psiquiátrica trazia um novo modelo para as políticas públicas de atenção e assistência à saúde mental, apontando o cuidado comunitário como alternativa ao modelo asilar, visando à desconstrução de estigmas e à extensão da cidadania aos loucos (Albrecht, 2025, p. 121).

A instituição, que então se chamava Centro Psiquiátrico Pedro II, teve papel importante na luta dos trabalhadores em saúde mental, na produção de conhecimento, na construção de políticas públicas e na desconstrução dos aparatos manicomiais no Brasil. Internamente, a instituição foi responsável pela criação de novos serviços, que substituíram os antigos aparatos hospitalares e ampliaram as formas de cuidado. Hoje o instituto atua como um polo de referência em saúde mental para a Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, a partir dos seguintes programas: Formação e Memória em Saúde Mental, Assistência em Saúde Mental, Promoção de Saúde Mental e Cultura e Reabilitação Psicossocial.

O CDM foi criado no ano de 2014, como parte do processo de incremento das ações de memória que vinham sendo desenvolvidas na instituição há alguns anos. Dentre suas missões originárias está a salvaguarda da parte majoritária do patrimônio histórico material custodiado pelo IMASNS, que abarca parte relevante do acervo do antigo hospício da Praia Vermelha, datado entre as décadas de 1830 e 1940, e da antiga Colônia do Engenho de Dentro, a partir de 1911.

Como ponto de partida para a transformação de um hospício em um lugar de memória, entendemos que esta memória histórica deveria ser construída a partir do princípio ético de questionamento à existência dos manicômios. Nesse sentido, defendemos que a preservação e a construção da memória tivessem basicamente dois objetivos: lembrar do que gostaríamos que não voltasse a acontecer e analisar, à luz dessas memórias, a produção de saberes do presente. Neste artigo, buscaremos então avançar nessa discussão, apontando novos rumos e desafios que se apresentaram, especialmente a partir de um debate ético sobre a produção dessas memórias no presente, nos limiares entre a custódia, a ética e a liberdade. Pensando a partir desse viés, era necessário que a discussão sobre a memória oferecesse também subsídios para uma transformação cultural sobre a forma como a loucura tem sido vista em nossa sociedade.

Nos últimos anos dois fatos importantes ocorreram e contribuíram para o processo de transformação que o instituto vivia desde o final do século passado. As enfermarias de crise<sup>1</sup> foram fechadas em 2020, e, em 2021, o último interno de longa permanência obteve sua alta, encerrando definitivamente os espaços de internação lá existentes. A partir disso, pudemos finalmente considerar o fim do hospício, pelo menos na espacialidade e na sua forma convencional. Esses dois acontecimentos, muito bem delineados e datados, foram, na verdade, produto e catalisadores de processos mais amplos e complexos que se desenhavam já há algumas décadas, mas que se aceleraram a partir de então.

Na desconstrução do outrora hospício, seus antigos internos (pacientes e funcionários) já iam gradativamente ganhando a cidade ao mesmo tempo em que a cidade vinha ganhando os pátios e construções da instituição. E para dar conta dessa cidade que adentrava, outros tantos atores sociais ficavam e se institucionalizavam mediante novos vínculos, agora empregatícios, afetivos e de sociabilidade, não mais exclusivamente de tutela.

O Centro de Documentação e Memória também foi pouco a pouco acompanhando essas transformações, que, ao mesmo tempo, foram demandando novas ações e reflexões sobre sua missão nesse novo projeto institucional. Ainda que tenha sido criado para guardar e cuidar de vestígios do passado, já tínhamos a clareza que esse cuidado era informado pelo presente e estava a ele articulado, mas também era dele transformador (Ribeiro; Lamb; Mascarenhas, 2018). No entanto, à medida em que a desconstrução do hospício avançava e que caminhávamos no diálogo e na reflexão crítica sobre o presente, uma série de novas demandas e novos dilemas se impuseram no cotidiano do centro. Ao mesmo tempo em que havia certo estranhamento sobre

---

1 Enfermarias de atendimento de urgência em saúde mental.

a existência de um arquivo, de uma biblioteca e de profissionais mais preocupados com papel do que com as pessoas dentro de uma instituição de saúde, cresceram a curiosidades, o respeito e uma certa admiração sobre os ofícios desempenhados pelo Centro de Documentação.

Por outro lado, a abertura do instituto para a cidade trouxe novos olhares e questionamentos sobre o que fazíamos dentro daquela instituição. E, a partir da perspectiva da formação acadêmica e profissional, era preciso que as futuras gerações de profissionais conhecessem as histórias e memórias do hospício que deixara de existir. Do ponto de vista prático, a rotina de trabalho do CDM, antes dominada pelo trabalho manual e técnico com os acervos, foi sendo, cada vez mais, ocupada por atividades acadêmicas e educativas. Da mesma forma que a cidade entrava no hospício, as reflexões sobre as historicidades possíveis para o campo da saúde mental se incorporavam nos saberes e fazeres do CDM. O olhar, antes centrado no século XIX e na primeira metade do XX (período de maior volume e interesse externo dentre acervos salvaguardados), ia se alargando para as décadas finais do século XX. Esse era um processo natural, e de certa forma planejado, mas que impactou diretamente as atividades, antes voltadas majoritariamente para o tratamento técnico dos acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos que compõem o Centro de Documentação e Memória e que agora caminham no sentido de expansão das ações de educação patrimonial, bem como de desenvolvimento de uma relação mais dinâmica com a instituição, e sobretudo, com o território ao qual o centro está inserido.

### **Cotidianos e demandas: novos arranjos acerca do processamento técnico dos acervos do CDM**

O acervo custodiado pelo Centro de Documentação e Memória é composto pelo Arquivo Permanente, a Biblioteca Alexandre Passos e, mais recentemente, por algumas coleções museológicas. Apresentaremos brevemente esse acervo e abordaremos algumas transformações vivenciadas nos últimos anos.

O Arquivo Permanente é responsável pela gestão da documentação clínica, incluindo fichas de internação, prontuários e livros de observações médicas das instituições antecessoras do instituto, das décadas de 1840 a 1940, mas também de toda a documentação administrativa, que abarca o período de 1830 a 1999, quando a instituição, antes federal, foi então municipalizada.<sup>2</sup> Além disso, também possui um acervo iconográfico, incluindo fotografias e plantas arquitetônicas.

---

<sup>2</sup> A documentação clínica a partir de 1950 e a administrativa a partir dos anos 2000 se encontram sob custódia de outro setor na instituição.

Já a Biblioteca Alexandre Passos (BAP) integra o CDM como custodiante e responsável pela gestão das coleções de impressos divididos em livros, teses e periódicos científicos, formando um acervo de 34.541 itens registrados, que reúne parte do patrimônio bibliográfico do antigo Hospício Nacional de Alienados, da Colônia de Mulheres Alienadas do Engenho de Dentro e do Centro Psiquiátrico Nacional. Sendo uma biblioteca de memória, detentora de coleção histórica e retrospectiva, não possui, a princípio, a característica de se preocupar com a ampliação do seu acervo, mas, antes, de preservá-lo enquanto patrimônio capaz de salvaguardar e produzir memória e ciência, especialmente a memória institucional e, dada a relevância e trajetória da instituição, a memória da psiquiatria brasileira.

Nos anos 2010, em parceria com o Museu de Imagens do Inconsciente,<sup>3</sup> o CDM participou de um processo de intervenção em uma antiga exposição desativada, que tinha como objetivo contar a história da psiquiatria. As peças, que estavam abandonadas há alguns anos, foram transportadas para as dependências do Centro de Documentação e Memória e passaram à custódia deste setor. Em 2021 foi inaugurado o Memorial da Loucura<sup>4</sup> e, finalmente, parte da coleção voltou a ser exposta ao público. Nos últimos anos, outras coleções de objetos foram formadas a partir da coleta de materiais antigos de outros setores e pavilhões e estão em processo de incorporação ao acervo do CDM.

Após os primeiros anos de formação do Centro de Documentação e Memória, embora já partilhássemos de uma reflexão sobre o papel do acervo e as escolhas acerca do trabalho técnico ali desenvolvido, as ações ainda eram primordialmente voltadas para a organização e preservação física dos documentos, visando ao atendimento de pesquisadores externos. No arquivo, o trabalho concentrava-se quase exclusivamente sobre os fundos documentais Hospício de Pedro II (1830-1889) e Hospício Nacional de Alienados (1889-1944), cujo enfoque estava restrito à documentação clínica. E, no caso da biblioteca, as atividades estavam restritas à catalogação e à higienização de uma coleção praticamente estática.

---

3 O Museu de Imagens do Inconsciente é um outro setor da instituição, fundado pela médica Nise da Silveira, em 1952, que segue em funcionamento até os dias de hoje e conta com uma equipe de profissionais de museologia, com os quais contamos para a manutenção das coleções museológicas.

4 O Memorial da Loucura é um dos serviços que compõem o Programa de Formação e Memória em Saúde Mental do IMASNS. É um espaço destinado à preservação da memória e à sua divulgação, onde encontra-se aberta à visitação uma exposição permanente sobre a história das instituições psiquiátricas no Rio de Janeiro, desde a fundação do primeiro hospício até o processo de desconstrução que culminou com o fechamento da instituição no Engenho de Dentro.

Com o passar dos anos, o interesse crescente sobre a história e historiografia dos saberes psís e das instituições manicomiais, bem como a ampliação de estudos alicerçados em questões interseccionais de raça e gênero, tensionou novos planejamentos, nos impelindo a pensar os demais acervos e novos recortes temporais e temáticos. Novos objetos, relacionados aos campos da história social e da história das ciências, principalmente, refletiram em solicitações de acesso cada vez mais frequentes a períodos mais recentes e à documentação administrativa, ainda muito superficialmente identificada. Nesse quesito, torna-se importante destacar também a maior acessibilidade junto aos Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs). Os processos burocráticos para autorização de acesso à documentação pessoal, que perpassam tais comitês, por vezes eram vistos como desestimulantes para os pesquisadores acessarem acervos mais recentes. No entanto, nos últimos anos, conforme demonstra o aumento no número de solicitações de pesquisa, houve uma certa popularização dos caminhos de acesso a tais protocolos que, de alguma forma, impulsionam a demanda por este tipo de consulta.

Do ponto de vista espacial, internamente, os processos de transformação institucional aceleraram algumas movimentações físicas dos acervos e fizeram “reaparecer” antigas salas e espaços desocupados, nos quais foi possível (re) descobrir novas séries documentais e livros que sobreviveram ao processo de inventariança realizado nos anos 2000. Em relação às coleções museológicas, esse processo de desocupação, somado à necessidade de trabalhos de identificação, higienização e catalogação de parte do material, bem como a organização de novos espaços expográficos, também levou à formação de novas coleções, que inicialmente eram apenas recolhidas e guardadas.

Todavia, foi a partir das experiências cotidianas de aprofundamento e reorganização dos acervos que identificamos um certo deslocamento, não apenas por parte da comunidade externa, mas também dentro da própria instituição. Os antigos funcionários passaram a reconhecer cada vez mais a importância desse lugar de guarda e cuidado com a memória, se autorreconhecem nos acervos, e, principalmente, se reconhecem como produtores dessa memória. Isso fica claro à medida que o CDM é acionado para avaliar objetos e documentos durante a reestruturação e o esvaziamento dos espaços para novos usos, nas olhadas curiosas nas exposições, entre outros diálogos cotidianos.

Ainda nesse sentido, outro movimento relevante observado nos últimos dois anos é o recebimento de solicitações de antigos profissionais, já aposentados ou atuando em outras esferas, que decidiram doar acervos ao Centro de Documentação e Memória. Estes acervos compõem coleções pessoais

importantes, de atores envolvidos no processo de desconstrução manicomial, e documentos institucionais que estavam sob a guarda de outros sujeitos.

Tais mudanças no decurso do planejamento de trabalho, embora se apresentem como desafios no cotidiano, também representam oportunidades práticas de estarmos cada vez mais atentos e alinhados com projetos de construção de memória, produzidos coletivamente e atrelados ao compromisso ético do cuidado em liberdade, que se estabelece fora dos manicômios. Portanto, na medida em que o Centro de Documentação e seus profissionais estão abertos às demandas da comunidade que circula pelo instituto, desde usuários, profissionais, até moradores do bairro, eles se dispõem a construir de maneira conjunta ações, espaços, contextos e experiências de memória.

### Difusão científica e educação patrimonial

Até aqui apresentamos alguns aspectos e algumas transformações em relação aos processos cotidianos de trabalho e à forma como as decisões relacionadas ao processamento técnico dos acervos estão cada vez mais ligadas às demandas locais e do próprio campo da saúde mental. No entanto, a atuação do Centro de Documentação e Memória também se ampliou bastante a partir de outras frentes, visando à difusão científica e cultural e à educação patrimonial. Essa atuação tem se dado a partir de projetos de formação acadêmica, de visitas educativas e eventos diversos, que apresentaremos a seguir.

Essa ampliação de escopo nos fez rever o papel desses acervos. Nesse sentido, tivemos que repensar também a importância e o papel da Biblioteca Alexandre Passos e de seus funcionários diante da mudança estrutural e paradigmática em andamento no instituto. No ano de 2021 foi realizado o planejamento estratégico da biblioteca, a partir dos relatórios de trabalho anteriores, na avaliação da situação atual de seu acervo e serviços e das recomendações elaboradas pela bibliotecária Ana Virgínia Pinheiro em visita técnica realizada em 2005, conforme a parceria com o Ministério da Saúde. Desde então, muitas modificações ocorreram no instituto, tanto das práticas administrativas quanto das bases e concepções teóricas que norteiam o trabalho da atenção psicossocial. A criação do CDM permeia essas mudanças e a preocupação com a preservação da história e da memória enquanto política institucional que agrega valor às lutas do campo da saúde mental. A BAP, portanto, se insere nesse contexto como aparato de preservação da memória da psiquiatria brasileira, como já definida anteriormente como uma

biblioteca de livros raros, na medida em que acumula uma memória internacional e retrospectiva de registros do conhecimento em área científica que não dispõe de competitividade, pelo menos, em âmbito nacional. [...] biblioteca de livros preciosos, na medida em que resultou da visão dos colecionadores que tiveram suas coleções incorporadas ao conjunto e das decisões de gestores do naipe de Juliano Moreira. [...] uma biblioteca geral e erudita na medida em que salvaguarda a memória nacional da psiquiatria – sua importância está centrada na qualidade do acervo reunido e na sua própria história. (Pinheiro, 2005, p. 7)

Assim, já instituída enquanto uma biblioteca de memória quando da criação do CDM, o planejamento estratégico foi elaborado visando à contemplação das práticas de preservação e de acesso ao acervo e inclui atividades técnicas do campo da biblioteconomia elencadas segundo critérios lógicos e de urgência como a continuação dos inventários, o controle de agentes de deterioração, a avaliação de obras para identificação de sua proveniência e raridade, a elaboração de políticas de preservação, digitalização, gerenciamento de risco e catalogação, o plano de cooperação para recebimento de estagiários, a construção de catálogo informatizado, entre outras atividades, como a realização de eventos e exposições conforme calendário do Centro de Documentação e Memória e do instituto. Estas últimas incluem a realização das visitas guiadas, conforme dito anteriormente, e ampliam o público da biblioteca.

Sabemos que as bibliotecas devem servir aos seus usuários e à sua comunidade. Mas, para além dos pesquisadores, quem são as pessoas que formam a comunidade do IMASNS, no qual está inserida? E qual o papel da biblioteconomia e do profissional bibliotecário diante das atividades culturais e educacionais de promoção de memória realizadas pelo instituto nessa nova fase?

Ora, a comunidade do instituto abrange seus funcionários, clientes, estudantes das áreas da saúde mental, artes, ciências humanas e sociais, estudantes do ensino médio, população do entorno e quaisquer outras pessoas que tenham interesse na história da psiquiatria brasileira. Dessa forma, como a biblioteca pode gerar serviços que atendam a essa comunidade para além da consulta ao acervo, uma vez que o acesso a este é restrito ao grupo de pesquisadores, pela sua natureza especial?

Para responder a esta questão, recorreremos ao entendimento de que uma biblioteca também tem como função a disseminação da informação, sendo o bibliotecário o agente mediador que facilita o acesso a esta, não se fixando somente nas atividades tecnicistas da profissão. Desse modo,

o bibliotecário exerce na sociedade o importante papel de mediar a informação estando ela em qualquer formato, um mecanismo que facilita a aproximação do indivíduo à informação são serviços que podem ser apresentados por meio de projetos (científicos, culturais, sociais etc.), possibilitando que os usuários da biblioteca tenham novas experiências e até mesmo conhecimento de novas perspectivas. Deste modo, o bibliotecário tem a tarefa de aproximar os indivíduos aos elementos culturais, funcionando como um condutor, no qual a mensagem é transmitida de forma que agrade e possa gerar certo interesse por parte do receptor, utilizando diferentes métodos para que o processo da mediação da informação tenha como resultado satisfatório a apropriação da informação. (Alcântara, 2018, p. 11-12)

Nesse contexto, a prática de aproximar os usuários aos elementos culturais coloca o bibliotecário na posição de agente cultural e, por meio de ações culturais, pode contribuir para o desenvolvimento dos indivíduos da comunidade, favorecendo o empoderamento cultural, os processos educacionais, promovendo cidadania e saúde. Estando a BAP inserida em uma instituição de saúde, é imprescindível para nós, enquanto profissionais, a promoção da saúde como um ato que acompanha a política de atenção psicossocial. Assim, temos que

a universalização, divulgação e disseminação do conhecimento oriundo das bibliotecas favorecem a educação, contribuindo também para o bem-estar geral dos usuários, o que leva à integralidade do conceito de saúde enunciado pela OMS (1946), de que a saúde é caracterizada pelo bem-estar físico, mental e social do indivíduo. (Azevedo, 2018, p. 69)

As ações culturais promovidas pelo Arquivo Permanente e pela Biblioteca Alexandre Passos, componentes do Centro de Documentação e Memória, buscam contemplar uma prática ativa de dimensões sociopolíticas alinhadas às lutas da saúde mental, entendendo a cultura, como exposto por Flusser (1983), como representação, ou seja, como a forma como o homem pensa e age, suas ideias e sua visão de mundo refletidas e advindas da prática social e individual, das relações humanas entre si e com o mundo ligadas ao contexto histórico-social. Dessa forma, como proposto pelo autor, a biblioteca passa a ser uma biblioteca – ação cultural que proporciona uma emergência cultural aos seus usuários e é capaz de efetivar mudanças na sua comunidade, transformando indivíduos pela prática da ação cultural libertadora, que tem seu centro nos livros, tidos não mais como objetos, mas como instrumentos que auxiliam na comunicação e no empoderamento cultural.

Para isso, tentamos ir além do acervo, fazendo uso também dos diferentes espaços que integram o IMASNS e a Rede de Atenção Psicossocial. As exposições e as visitas guiadas a esses espaços, como o Memorial da Loucura que, por exemplo, mantém acervos do CDM, contribuem com essa prática. Além disso, no ano de 2023 a equipe da biblioteca esteve presente no Projeto Oficina Literária, no Caps Clarice Lispector, sob coordenação da agente territorial Débora Larissa Altino, mediante a participação da estagiária em biblioteconomia Bianca Mello dos Santos, no qual incentivamos a promoção da leitura por meio da biblioterapia,<sup>5</sup> contribuindo com os dispositivos de promoção da saúde mental da rede. Atualmente, por outras demandas e pelas limitações da equipe, nossa participação na oficina não tem sido possível.

Para além das especificidades de cada um dos tipos de acervo e das relativas equipes, houve mais compreensão do setor sobre seu papel nos processos de formação e transformação cultural, o que levou a uma dedicação cada vez maior para a organização de eventos e palestras. Dentre as diversas iniciativas do CDM, certamente a mais importante é o Seminário Memórias da Loucura, que tem tido um papel fundamental para pensar o papel da história e da memória para a produção do conhecimento e de novas formas de cuidado para o campo da saúde mental. Este evento, que no ano de 2025 irá para sua oitava edição, foi pensado, inicialmente, como parte da intenção do CDM de se aproximar das outras frentes de trabalho da instituição, como um espaço em que os pesquisadores dos acervos pudessem apresentar seus trabalhos junto de outras análises sobre a assistência em saúde mental no presente. Na primeira edição, em 2018, foram 58 trabalhos inscritos para apresentação em simpósios temáticos e pouco mais de cem participantes no primeiro dia, que foi o de maior audiência do seminário. A iniciativa foi bem-sucedida e a finalização do evento se deu com a demanda de organizá-lo anualmente. Já em 2019, o número de trabalhos inscritos saltou para 142 e foram registrados 281 participantes em um dos dias de evento. A terceira e a quarta edição tiveram formatos menores em decorrência da pandemia de covid-19 e foram realizadas majoritariamente em ambiente virtual. Em 2022 o seminário foi retomado em encontros presenciais.

A edição de 2024 teve um processo de organização diferenciado e estabeleceu novos recordes. Essa edição contou com a participação efetiva dos serviços territoriais, especialmente Centros de Atenção Psicossocial e Ambulatórios

---

5 Tratamento de doenças ou distúrbios psíquicos através da leitura e da relação do indivíduo com o conteúdo dessa leitura. Biblioterapia. In: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2021. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/biblioterapia>. Acesso em: 29 jul. 2022.

da região, no processo de construção do evento. Alguns funcionários desses serviços já haviam participado pontualmente nos anos anteriores, mas, dessa vez, os serviços do território foram convidados para as primeiras reuniões de organização, para construir conjuntamente o formato e o tema a ser abordado, a partir da sensibilidade e das demandas do cotidiano da atenção psicossocial. O tema escolhido foram as violências e vulnerabilidades que atravessam e atravessaram historicamente o cuidado às pessoas que recorrem aos serviços.

Como fruto dessa articulação, tivemos uma edição extensivamente participativa, o que se evidenciou também nas inscrições de trabalhos e no público presente. Foram mais de 180 inscrições de trabalhos acadêmicos e relatos de experiência para os simpósios temáticos, sendo 155 aceitos. Para a mostra artística, foram 58 inscrições. E, no total, o evento contou com mais de quinhentos participantes. Essa edição foi contemplada, pela primeira vez, pelo edital Faperj de organização de eventos acadêmicos e científicos.

Outro evento que merece destaque é o Simpósio Patrimônio em Foco, mais voltado para a educação patrimonial, que acontece há três anos, articulado à Semana Nacional de Arquivos. Desde a primeira edição, o simpósio evidenciou o potencial de aproximação com a comunidade do entorno e colegas das áreas de conservação. Em 2022, a programação contava com duas visitas guiadas, uma ao Memorial da Loucura, e outra aos espaços de guarda do CDM, ambas com ênfase na apresentação dos acervos. Foram abertas, timidamente, vinte vagas para cada visita. Surpreendentemente, recebemos mais de cinquenta inscrições em poucos dias, sendo preciso encerrar o processo e abrir lista de espera. Depois disso, algumas outras visitas foram realizadas aos espaços de guarda e sempre com uma demanda além do esperado.

Outra atividade recorrente são as visitas guiadas, organizadas desde 2015, através de uma parceria com o Centro de Estudos, Treinamento e Aperfeiçoamento Paulo Elejalde (Cetape),<sup>6</sup> que já fazia essas recepções há mais tempo. A ideia teria surgido a partir da necessidade de dar um contorno institucional ao desejo de muitos grupos, especialmente turmas de graduação, que frequentavam a instituição, e que muitas vezes entravam acompanhados de seus professores, de conhecerem o antigo hospício. Só que muitas vezes essa presença se dava sem qualquer articulação com as equipes, não garantindo o devido respeito aos internos, nem tampouco contextualizando o trabalho que era desenvolvido. No formato mais recente, os alunos passaram a ser apresentados à história das

---

6 O centro de estudos é o terceiro setor que compõe o Programa de Formação e Memória da instituição.

instituições psiquiátricas no Brasil, incluindo a Colônia de Mulheres Alienadas que deu origem ao instituto. Depois abordamos o processo de reforma psiquiátrica e apresentamos a estrutura dos serviços vigentes no IMASNS e na Rede de Atenção Psicossocial. Por fim, os visitantes são conduzidos ao Memorial da Loucura ou a algum dos serviços culturais que produzem atividades abertas ao público.

Pouco a pouco, nesse novo processo de conhecimento e reconhecimento do patrimônio documental e arquitetônico do instituto, apresentaram-se novas demandas. A primeira delas, que já vinha sendo conformada há algum tempo, era a constituição de uma exposição permanente sobre a história do instituto. Já havíamos construído uma exposição no âmbito do primeiro Seminário Memórias da Loucura, mas ela estava limitada ao espaço do Cetape. Contudo, desde 2014, quando ocorre a transferência da Coleção Museu da Psiquiatria<sup>7</sup> para uma reserva técnica no CDM, surge a ideia de montar algo maior, com mobiliário e salas que reproduzissem, questionassem e tensionassem os espaços da antiga instituição, como a sala do diretor e uma cela-forte, que pudessem sensibilizar os visitantes sobre a conformação espacial de autoridade e controle. No ano de 2021, no 4<sup>a</sup> Seminário Memórias da Loucura, esse projeto foi viabilizado com a inauguração do Memorial da Loucura.

O Memorial da Loucura foi um projeto da direção do instituto junto das equipes de história, arquivologia, museologia e biblioteconomia, que ocupou o espaço do antigo Pavilhão Anna Nery, então conhecido como Casa Verde. Ali foi montada uma exposição permanente sobre a história da psiquiatria, do Instituto Municipal Nise da Silveira e de sua desconstrução a partir da reforma psiquiátrica brasileira. Além disso, o espaço conta com uma loja de artigos produzidos por usuários da Rede de Saúde Mental, e um bistrô, ambos vinculados ao programa de geração de renda do instituto.

Tanto o Memorial da Loucura, que tem tido uma demanda crescente de visitas, quanto as visitas organizadas no âmbito da Semana Nacional de Arquivos, anteriormente citadas, demonstram um certo desejo e um aderência da comunidade em relação aos projetos de memória. As pessoas visitam esses espaços de memória e não buscam apenas informações, mas participam, falam, se emocionam, afetam, relembram casos de familiares e se interessam cada vez mais pelas temáticas abordadas.

---

<sup>7</sup> Esta coleção foi reunida no antigo centro comunitário (Odilon Galotti), especialmente pelo coordenador, Anníbal Amorim, que montou uma exposição com móveis, objetos, livros e documentos que contavam a história do Centro Psiquiátrico Pedro II (nome da instituição entre 1965 e 1999).

Outra experiência que merece destaque, nesse sentido da produção da memória, é o projeto de história oral do instituto, constituído formalmente durante a pandemia de covid-19 e apresentado na 3ª edição do Seminário Memórias da Loucura, em 2020. Diversas iniciativas de registrar depoimentos e fragmentos da história do instituto e do bairro já haviam sido feitas. O Ponto de Cultura Loucura Suburbana já havia produzido entrevistas com figuras do samba e com moradores do bairro, na busca de guardar as memórias dessas pessoas sobre o instituto em sua relação com o bairro e sobre os antigos carnavais do Engenho de Dentro. Pelo Museu de Imagens do Inconsciente (MII), era comum a observação da coordenadora do ateliê, Gladys Schincariol, com sua câmera, registrando diversos momentos da instituição. Por meio do projeto Retratos da Saúde Mental, a psicóloga e fotógrafa Pâmela Perez também produzia vídeos com memórias, especialmente dos usuários, sobre suas trajetórias, além das filmagens de eventos. O próprio CDM, junto com Priscilla Moret, profissional do MII, havia feito um registro sobre a história da Coleção Museu da Psiquiatria com o médico Aníbal Amorim, mas diante do amadorismo e da ausência de recursos, a gravação se perdeu.

O desejo da produção dessas memórias uniu esforços e tentativas de consolidar coletivamente um projeto de história oral que reunisse as diversas expectativas. Mas a falta de recursos para a aquisição de equipamentos e treinamento profissional sempre se apresentava como um obstáculo, além da dificuldade de alinhamento dos objetivos. No entanto, na pandemia de covid-19 e durante a organização de uma série de ações e atividades que ocorreram de forma virtual, começamos a amadurecer a ideia e reunimos alguns dos funcionários interessados nesse registro para iniciar os trabalhos. Foram feitas diversas reuniões, leituras e discussões, e decidimos iniciar a tomada de depoimentos através da plataforma Zoom. Estava então criado o projeto de história oral do Instituto Municipal Nise da Silveira (IMASNS), que visava à formação de um acervo digital com entrevistas sobre a história do instituto e da sua desconstrução. Dentre os objetivos estava justamente o registro de uma história não oficial, contada por atores diversos, abarcando múltiplos pontos de vista, o que esperamos que possa deslocar as narrativas sobre a história da loucura, dos manicômios e dos saberes ali produzidos e reproduzidos, tendo como norte a chamada história vista de baixo.<sup>8</sup>

Por fim, uma das ações que tem apresentado novos potenciais e novas possibilidades é o projeto intitulado Trajetórias. Iniciado como uma oficina

---

<sup>8</sup> Corrente historiográfica que enfatiza os pontos de vista e vivência de homens comuns, buscando a superação de narrativas baseadas apenas nos discursos de líderes, governantes e membros das elites políticas e econômicas. Um dos expoentes desta corrente foi o historiador Edward Thompson.

de escrita para os estagiários do CDM entre os anos de 2016 e 2018, a proposta inicial consistia na produção de escritas, narrativas e/ou breves verbetes sobre a trajetória dos indivíduos internos a partir das informações presentes nos dossiês de internação. O chamado dossiê de internação trata-se de um conjunto de documentos a respeito da trajetória/internação de um indivíduo na instituição, desde a fundação do Hospício de Pedro II em 1844 na Praia Vermelha até o Centro Psiquiátrico Nacional, já em meados dos anos de 1940, agora no território do Engenho de Dentro. Cada dossiê é referente à internação de um respectivo paciente e consiste em uma diversidade de documentos, tais como: prontuário(s) e atestado(s) médico(s), exames, fotografias (inclusive nos próprios prontuários), ofícios administrativos, pedidos de internação de familiares, cartas pessoais e fichas do antigo Pavilhão de Observações do hospício.

O trabalho dos estagiários, naquela época, era higienizar, identificar e catalogar a documentação dos dossiês nos seus respectivos fundos documentais, através de planilhas em Excel. Ao longo do dia a dia no centro, havia um certo incômodo – tanto por parte da coordenação quanto dos próprios estagiários – de que um trabalho tão sensível pudesse se transformar em algo puramente técnico e/ou mecânico. Outra preocupação da coordenação do CDM era a de que os estagiários pudessem sair do seu processo formativo sem entender a importância daquele acervo para a história e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A proposta pedagógica da oficina tinha, então, dois objetivos principais. O primeiro era sensibilizar o corpo de estagiários, em sua maioria discentes de cursos de graduação em história, para a natureza da documentação com a qual vinham trabalhando. O segundo era aprimorar a produção escrita de cada um, encorajando-os a produzirem seus próprios projetos de pesquisa. Entretanto, nesse processo de escrita, alguns desafios práticos também se fizeram presentes.

Podemos classificar esses desafios como de natureza ética, interpretativa e patrimonial. O primeiro refere-se à dimensão ética dos documentos, que compõem os dossiês. Diferentemente do que tem se averiguado em acervos de saúde do século XIX e início do XX, sobretudo no que tange a trabalhos com prontuários médicos, são poucas as informações sobre a vida de cada indivíduo em relação ao quantitativo de prontuários, além do estado de conservação, que nem sempre se encontra bem preservado (Bertolli Filho, 1996, p. 173-180); no caso dos acervo do CDM o cenário se dispõe de maneira inversa, há um número elevado de prontuários em relativo bom estado de conservação e, principalmente, com diversas informações relevantes sobre os internos e o cotidiano dos antigos hospícios. Há no acervo um quantitativo de mais de 25

mil registros de entradas e permanências na instituição, somente nos fundos Hospício de Pedro II e Hospício Nacional de Alienados. Mais de 25 mil encontros. Mais de 25 mil vivências e sobrevivências. Mais de 25 mil subjetividades. E como escolher qual delas “mereceria” ter sua trajetória recontada? Como filtrar o que é relevante ou não?

O projeto Trajetórias – indiretamente – tem esbarrado em paradoxos éticos relevantes para o desenvolvimento crítico do CDM. Afinal, dadas as principais diretrizes bioéticas do sistema de Comitês de Ética em Pesquisa e do Comitê Nacional de Ética em Pesquisa, documentos pessoais com marco temporal de até 99 anos demandam supressão de nomes. Entretanto, haja vista a total conformidade do CDM e suas políticas de acesso ao acervo a tais diretrizes, o paradoxo que se coloca é: como demarcar ou mensurar a sensibilidade disposta em um determinado documento? Uma trajetória de internação, e, sobretudo, de vida, perderia sua natureza sensível após adquirir um século? Não longe disso, o anonimato e a supressão de nomes caberiam como a única solução quando, por vezes, o nome em um prontuário torna-se o último registro de existência da vida de um interno, ou melhor, de uma pessoa? O período de internação é apenas um trecho de toda a sua trajetória. Os indivíduos, seus valores e vivências, suas memórias e trajetórias são anteriores e posteriores a uma internação e de modo algum podem ser resumidas a ela. O cerne do projeto é produzir uma inventividade crítica e sensível a partir desse pequeno trecho de suas vidas registrado através da documentação médica. Esses e outros questionamentos logo se apresentaram nos primeiros encontros da oficina. Afinal, como construir memórias coletivas a partir dos anonimatos e das dimensões sensíveis?

Uma das figuras que mais tem contribuído para tais reflexões é Stella do Patrocínio, especialmente a partir da publicação de *Reino dos bichos e dos animais é meu nome* (2001). Stella foi uma mulher negra que passou mais de trinta anos internada em instituições psiquiátricas e ganhou notoriedade a partir do livro organizado por Viviane Mosé, em que seu falatório, gravado nas oficinas em que participava na Colônia Juliano Moreira, foi transformado em poesia (Souza, 2022). Mais recentemente, alguns autores têm se debruçado na problematização da forma como tal falatório foi utilizado e destacamos, especialmente, o debate sobre a valorização do papel de artistas que produziram suas obras nos hospícios (Zacharias, 2024). Esse debate perpassa justamente o dilema entre anonimato e reparação.

Na medida em que o acervo inteiro só existe a partir de experiências históricas outrora manicomiais, repletas de violência e sensibilidades, a historiadora e

professora de letras e literatura comparada Saidiya Hartman, no artigo “Vênus em dois atos” (2020), ressalta alguns aspectos relevantes para nossa discussão acerca desse tipo de arquivo, suas ações e os movimentos de reflexão envolvidos.

Se não é mais suficiente expor o escândalo, então como seria possível gerar um conjunto diferente de descrições a partir desse arquivo? Imaginar o que poderia ter sido? Visualizar um estado livre a partir dessa ordem de afirmações? Os perigos envolvidos nessa tentativa não podem ser colocados entre parênteses ou evitados por causa da inevitabilidade da reprodução dessas cenas de violência [...]. (Hartman, 2020, p. 22)

É nesse sentido que podemos adentrar no segundo desafio, os exercícios quanto à natureza interpretativa em relação aos documentos. Se, por um lado, o dossiê de internação trata-se de registros de investigação médica sobre um determinado diagnóstico a ser estabelecido ou um cotidiano clínico datado espacial e temporalmente, no qual a linguagem e as assimetrias na relação paciente-médico estão muito bem delimitadas dentro de uma intencionalidade específica, como dados corporais, comportamentais, vida pregressa, informações familiares etc. Por outro, é justamente no exercício de interpretação que historiadores, arquivistas, bibliotecários, museólogos e gestores de centros de memória e pesquisa podem contribuir com a construção de narrativas cujos enfoques estarão na autodeterminação dos sujeitos “vistos de baixo”, suas histórias, coletividades e identidades, que muito contribuem para o avanço de uma educação patrimonial mais crítica e acolhedora. Nesse contexto, se em um prontuário consta um relato sobre determinada evasão de um indivíduo da instituição, poderíamos, na mesma medida, configurar esse fato tanto como insubordinação como resistência.

Mas eu quero dizer mais do que isso. Eu quero fazer mais do que recontar a violência que depositou esses traços no arquivo. [...] sem cometer mais violência em meu próprio ato de narração. É uma história fundamentada na impossibilidade – de escutar o não dito, traduzir palavras mal interpretadas e remodelar vidas desfiguradas – e decidida a atingir um objetivo impossível: reparar a violência que produziu números, códigos e fragmentos de discurso. (Hartman, 2020, p. 15)

A questão central que gostaríamos de trazer não está na importância – ou na natureza chocante – dos fatos, mas sim nas perguntas e lentes que usamos para recontar as histórias de maneira mais justa com aqueles que a viveram. Passamos agora para o último desafio.

Com relação à relevância patrimonial, o projeto Trajetórias, se coloca na premissa de que o acervo e suas histórias não se resumem às temáticas de saúde e Psiquiatria, pelo contrário, em sua grande parte refere-se a temporalidades incontornáveis da História da cidade do Rio de Janeiro, desde o período Imperial com os cenários e práticas escravistas; passando pelo início da República e o desenvolvimento da capital federal e suas formações culturais típicas, períodos ditatoriais como a chamada Era Vargas e a ditadura civil militar, até a redemocratização. Ou seja, há no acervo a mesma proporção de informações internas à instituição e externas, os acontecimentos históricos fora dela, tendo em vista que a produção científica é produto e fruto da sociedade em que está inserida.

Nesse sentido, cabe destacar que a relevância do acervo para a história já foi reconhecida através da nomeação dos documentos clínicos pelo Programa Memória do Mundo da Unesco para América Latina e Caribe (Mowlac). Tal nomeação se deu justamente a partir da identificação de diversos aspectos tanto da história local, em relação à circulação na cidade, quanto da cultura e da história nacional e internacional.

Os dossiês de internação, em suas fichas institucionais e anexos diversos, nos permitem conhecer, analisar e interpretar as dinâmicas sociais que permeavam a circulação das pessoas pelas cidades, bem como a forma como determinados comportamentos eram classificados como normais ou desviantes, definindo os encaminhamentos aos manicômios. Nos dossiês de escravizados e libertos, é possível ainda identificar os cruzamentos entre diferentes estigmas que marcavam e transformavam a vida desses indivíduos e seus descendentes, bem como estabelecer interconexões históricas territoriais negras com a própria história do bairro do Engenho de Dentro – cujo nome não vem por acaso – e seus arredores, como a Serra dos Pretos Forros na Água Santa (bairro vizinho), que até hoje abriga formações quilombolas. Da mesma forma, as questões de gênero se apresentam concretamente e subjetivamente, tanto no olhar médico quanto nas relações familiares que se apresentavam nos processos de internação. Esses são apenas alguns dos aspectos presentes que tornam o conjunto documental tão importante e peculiar.

É justamente esse o potencial do projeto, desvelar à comunidade do instituto – tanto interna quanto externa – histórias de sujeitos e cenários conectados em tempo e espaço com a instituição, bem como exercitar a natureza participativa e ativa dos profissionais do CDM, não somente a partir das coleções, mas das próprias práticas historiográficas, arquivísticas e biblioteconômicas.

## Considerações finais

O presente artigo tem como objetivo discutir os desafios e ações vivenciados, produzidos e analisados atualmente no Centro de Documentação e Memória (CDM) do Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira (IMASNS) por seus profissionais, com enfoque para os cotidianos de processamento técnico do acervo e suas atuais demandas, as atuações para ampliação na salvaguarda do patrimônio e os projetos e experiências de produção da memória institucional, bem como as articulações de potencialidades culturais e pedagógicas na área da saúde mental no Brasil.

Todas as ações que foram descritas aqui, desde a criação do centro até o projeto de história oral, já vinham nos apontando que a preservação da memória no âmbito das transformações do IMASNS só fazia sentido se articulada a este movimento do presente. No entanto, foi o marco do fechamento do hospício, ocorrido em outubro de 2021, quando saiu o último paciente interno de longa permanência, que nos fez parar para refletir sobre os compromissos éticos que nos marcam. A partir do dia 26 de outubro de 2021, quando ocorreu tal fato, as redes sociais do instituto e de alguns de seus funcionários, especialmente o Facebook, foram tomadas por registros de memórias. Não apenas os canais institucionais, mas as contas pessoais de servidores, profissionais e usuários foram ocupadas por fotos, relatos e comentários sobre o que seria mais um marco do fim do antigo manicômio do Engenho de Dentro.

Ainda que tais relatos remetessem a uma luta contínua e ainda não concluída, a de destruir todos os manicômios, físicos, morais e éticos que ainda nos cercam, havia um consenso de que era um momento decisivo para o IMASNS, para a Rede de Atenção Psicossocial da Zona Norte e para a cidade do Rio de Janeiro. Esses atores, protagonistas do processo de desconstrução do hospício, se emocionaram, se posicionaram e narraram suas trajetórias de vida e os atravessamentos com a instituição. Antes de qualquer coisa, para viver e digerir aqueles sentimentos, muitos sentiram a necessidade de registrar e publicizar suas memórias.

Mesmo diante da emoção que afetava toda a equipe, houve a percepção de que o Centro de Documentação e Memória precisava também se debruçar sobre a produção de memória do presente. Isso já estava em pauta e acontecia através de alguns projetos, mas naquele momento se apresentava de forma mais crua e objetiva.

A partir de todas essas iniciativas e após o retorno integral das equipes ao trabalho presencial, pós emergência em saúde decorrente da pandemia de covid-19, refletimos bastante sobre a abrangência do papel do CDM. Durante muito tempo, o foco das ações de memória no instituto estava centrado nos

cuidados técnicos com os acervos históricos. A consolidação do CDM já foi parte da percepção de que era necessária uma estrutura que desempenhasse um papel mais ativo na produção dessa memória, o que passava por ações de formação e divulgação dos acervos. Mas, isso esteve restrito a ações pontuais, desenvolvidas pela coordenação do setor.

No entanto, nos últimos anos, principalmente a partir de 2021, a equipe foi tomada por uma avalanche de demandas que pareciam atravessar o trabalho. Em um primeiro momento, havia uma estranheza e a preocupação de não conseguirmos cumprir com nossos planejamentos, como se todo o resto fosse atividade extra: seminários e simpósios, produção de exposições, visitas guiadas, resgate de peças e documentos de prédios que seriam demolidos, depoimentos de história oral, catalogação dos acervos e organização dos espaços de guarda. A equipe manifestava uma certa impressão de estar deixando de lado o seu trabalho. Era o presente “roubando” a equipe do Centro de Memória, que se imaginava responsável apenas pelo passado.

Essa sensação e esse dilema, entre guarda e produção de memória, parecem ser compartilhados com outras instituições que custodiam acervos. Jorge Barcellos, em seu artigo sobre memoriais que compõem o sistema de museus, apresenta a forma como a equipe se questiona sobre sua própria função ao perceber o tempo dedicado a ações educativas e de divulgação, em detrimento da gestão física dos acervos (Barcellos, 2022, p. 14). O autor se pergunta: “Um memorial deve apenas atender à demanda?”. O cerne do texto em questão é o conceito de memorial e que funções ele abarca. Essa não é uma preocupação nossa, no entanto, ele demonstra a dificuldade que as instituições culturais no Brasil têm em dar conta de suas funções institucionais e, ao mesmo tempo, responder às demandas da sociedade.

No caso do Centro de Documentação e Memória do Instituto de Assistência à Saúde Nise da Silveira, já há alguns anos construímos seus objetivos e vimos trabalhando justamente no sentido de ampliar seu escopo, não apenas respondendo, mas também criando demandas, no sentido de fomentar o debate e a reflexão sobre a história e a memória das instituições psiquiátricas. Embora isso tenha um custo e possa trazer alguns desafios, especialmente pela escassez de recursos, optamos por esse caminho. Mas, para abraçar essas e outras iniciativas, os trabalhos de processamento técnico dos acervos têm passado por desacelerações. Para isso, o ideal é que consigamos continuar expandindo investimentos na área para viabilizar a continuidade do trabalho, envolvendo a ampliação de recursos humanos e materiais.

## Referências

- ALBRECHT, Daniela. *Movimento antimanicomial e lutas de classes no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2025.
- ALCANTÁRA, Michelle Rocha. *O papel do bibliotecário na promoção cultural: projetos culturais desenvolvidos na biblioteca “Desembargador Antônio Koury- Tribunal de Justiça do Estado do Pará*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Biblioteconomia, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
- AZEVEDO, Anderson Leonardo. Bibliotecas: função esperada e o retrato real. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis*, v. 24, n. 1, p. 62-71, dez./mar. 2018/2019. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1427>. Acesso em: 28 jul. 2022.
- BARCELLOS, Jorge. O memorial como instituição no sistema de museus: conceitos e práticas na busca de um conteúdo. In: FÓRUM ESTADUAL DE MUSEUS, 1999, Porto Alegre. *Anais...* Disponível em: <https://memorial.mppr.mp.br/arquivos/File/Barcellos.pdf>. Acesso em 26 jun. 2022.
- BRASIL. Resolução CNS n. 466/2012. Disponível em: [https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/hfa/ensino-e-pesquisa/comite-de-etica-em-pesquisa-cep-hfa-1/arquivos/resolucao\\_cns\\_n\\_466.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/hfa/ensino-e-pesquisa/comite-de-etica-em-pesquisa-cep-hfa-1/arquivos/resolucao_cns_n_466.pdf). Acesso em: 28 abr. 2025.
- BRASIL. Norma operacional CNS n° 001/2013 item 5 Cap. XIII. Disponível em: [https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/hfa/ensino-e-pesquisa/comite-de-etica-em-pesquisa-cep-hfa-1/arquivos/norma\\_operacional\\_cns\\_n\\_001\\_2013.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/hfa/ensino-e-pesquisa/comite-de-etica-em-pesquisa-cep-hfa-1/arquivos/norma_operacional_cns_n_001_2013.pdf). Acesso em: 28/04/2025.
- BERTOLLI FILHO, Cláudio. *Prontuários médicos: fonte para o estudo da história social da medicina e da enfermidade*. História, Ciência e Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 173-180, 1996.
- FLUSSER, Victor. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. *Revista da Escola de Biblioteconomia*, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 145-169, set. 1983. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36443>. Acesso em: 29 jul. 2022.
- PATROCÍNIO, Stela do. *Reino dos animais e dos bichos é o meu nome*. In: MOSÉ, Viviane (org.). Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2001.
- PINHEIRO, Ana Virginia. *Estado da arte na Biblioteca Alexandre Passos e da Biblioteca de Nise da Silveira e recomendações técnicas*. Rio de Janeiro, jun./jul. 2005.
- RIBEIRO, D. C.; LAMB, N. E.; MASCARENHAS, W. F. *Memória da loucura e as reflexões sobre a reforma psiquiátrica brasileira: o papel dos arquivos para a construção de políticas públicas na saúde mental*. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 49-63, 2018. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/871>. Acesso em: 29 abr. 2025.
- HARTMAN, Saidiya. *Vênus em Dois Atos*. *Revista Eco Pós*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, 2020.
- SOUZA, Caroline. *Stella do Patrocínio: o lugar da palavra na construção da memória*. Trabalho de Conclusão da Residência Multiprofissional em Saúde Mental do Instituto Municipal Philippe Pinel. Rio de Janeiro, 2022.
- THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional, Companhia das Letras, 1998.
- ZACHARIAS, Ana C. V. *Stella do Patrocínio: ou o retorno de quem sempre esteve aqui*. Rio de Janeiro: Telha, 2024.

---

Recebido em 30/4/2025

Aprovado em 17/10/2025